

A Demonstração do Valor Adicionado: um Estudo de Caso em uma Cooperativa de Estudantes

Gilberto Brondani
gilbrondani@gmail.com
UFSM

Sérgio Rossi Madruga
smadruga2010@gmail.com
UFSM

Raíssa Silveira de Farias
issa_farias@hotmail.com
UFSM

Luciano Dall'asta pontelli
luja00@gmail.com.br
UFSM

Diogo Gomes Gonçalves
diogoggsm@yahoo.com.br
UFSM

Resumo: As informações contábeis tradicionais visam atender principalmente aos interesses dos administradores e do fisco, tornando-se necessário a busca de novas informações que permitam evidenciar também a responsabilidade social. O presente trabalho pretende identificar a capacidade de geração de riqueza e a forma de distribuição da mesma através da elaboração de uma Demonstração do Valor Adicionado – DVA, na Cooperativa de Estudantes de Santa Maria – CESMA, evidenciando dessa forma a relevância das informações nela contidas, para facilitação da transparência nas prestações de conta. Trata-se de um estudo de caso, cuja pesquisa é classificada como qualitativa, tomando-se como base o balanço patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Cesma. Pela análise dos dados coletados de exercícios 2008 e 2009, conclui-se que a referida cooperativa possui um grande potencial de agregar valor, aumentando-o em percentual maior que seu faturamento em 9%. Também ficou evidenciado que o BP e a DRE são insubstituíveis mas limitados, sendo o DVA um complemento na busca pelo conhecimento global do patrimônio e sua relação com os usuários.

Palavras Chave: Demonstrações - valor adicionado - contabilidade - cooperativas - estudantes

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que as informações contábeis tradicionais visam atender aos interesses especialmente dos administradores e do fisco, atualmente torna-se necessária a busca de novas informações que permitam evidenciar a responsabilidade social das entidades bem como servir de ferramenta de gestão. Os tradicionais demonstrativos contábeis como o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) restringem-se a evidenciar a situação econômico-financeira das entidades, sendo necessário aos usuários da contabilidade buscar outras fontes de informações sobre sua capacidade de gerar riqueza.

Diante deste cenário e considerando a Cooperativa de Estudantes de Santa Maria – RS (CESMA), o presente trabalho tem como objetivo a construção de uma Demonstração do Valor Adicionado – DVA, para a identificação da capacidade de geração de riqueza e de que forma foi distribuída pelos diversos fatores de produção, nos exercícios sociais de 2008 e 2009, demonstrando a relevância das suas informações para a prestação de contas.

Sabe-se que as cooperativas em geral caracterizam-se por uma boa transparência, porém é indiscutível na opinião dos leigos, a dificuldade de interpretação das informações constantes das demonstrações contábeis. Nesse contexto, a DVA como peça integrante do Balanço Social surge como uma forma de complementar e tornar mais inteligível tais informações, tornando-se uma excelente ferramenta de prestação de contas e esclarecimento à sociedade.

Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa caracteriza-se como do tipo estudo de caso, pois está concentrada em um único caso, que Gil (1999) diz ser o mesmo, caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A ciência contábil estuda e registra os aspectos financeiro-econômicos das entidades, bem como os sociais decorrentes de suas atividades. Atualmente a responsabilidade social tem grande peso nas decisões das grandes organizações, uma vez que estão cada vez mais preocupadas em não apenas demonstrar a eficiência econômica, mas, sobretudo, o compromisso social.

1.1 COOPERATIVAS

As cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída com o objetivo principal de prestar serviços a seus associados e podendo haver um número ilimitado de cooperados. É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços.

O fato das cooperativas serem classificadas como entidades sem fins lucrativos, não significa que elas estão isentas de todos os impostos. A sustentação das cooperativas origina-se do seu quadro social, sob a forma de retenções e de contribuições sociais, cujos excedentes são sobras ao invés de lucros. Esta sustentação interna é o que permite às cooperativas seu enquadramento como entidades sem fins lucrativos, por direito, uma vez que essas sobras não constituem fato gerador de impostos.

Esta classificação é feita em termos, pois todas as operações que uma cooperativa realiza fora de seus objetivos sociais (ato não cooperativo) têm que ser contabilizados em separado e havendo resultados positivos, os mesmos são considerados lucros. Logo, a condição de entidade sem fins lucrativos das cooperativas ocorre tão somente nas sobras e está diretamente relacionada ao ato cooperativo.

1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Balanço patrimonial - BP

Conforme Ferreira (2007), o BP é limitado uma vez que é um retrato, com base na data do encerramento do exercício, do ativo, das obrigações e da situação líquida da entidade. Representa, dessa forma, um inventário do patrimônio, sua fotografia em determinado momento, a estática patrimonial.

Portanto, o BP é um demonstrativo que traz apenas os fatos registrados, conforme princípios contábeis e apresentam os fatos quantificáveis em dinheiro.

b) Demonstração do resultado do exercício - DRE

Ainda segundo Ferreira (2007), a DRE limita-se a evidenciar o resultado econômico das aziendas, isto é, a confrontação das receitas auferidas e as despesas incorridas em um determinado exercício social. Esta demonstração é a exposição das modificações ocorridas no patrimônio em virtude do resultado; a representação da dinâmica patrimonial.

c) Demonstração do lucro e prejuízo acumulado - DLPA

Sobre a DLPA, o mesmo autor afirma que sua finalidade é estritamente retratar a forma pela qual o resultado do exercício foi destinado. Representa, na verdade, a dinâmica de uma única conta do patrimônio líquido, que pode ter duas nomenclaturas diferentes, lucros acumulados, se o resultado do exercício for positivo, ou então, prejuízos acumulados, caso o resultado do exercício for negativo.

d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL

Com relação à DMPL, Ferreira (2007) identifica sua limitação visto que representa a dinâmica das contas do grupo patrimônio líquido, em um determinado exercício social.

A necessidade de instrumentos Contábeis mais transparentes, juntamente, com a relação intersocial existente com a globalização de mercado exige conhecimentos adicionais, que podem ser identificados na DVA. Não se desprezando o lucro é claro, pelo fato de ser uma característica fundamental da continuidade das empresas.

Nesse contexto, a DVA apresenta-se como uma ferramenta de análise social, econômica e financeira. Além disso, contribui para demonstrar o grau de contribuição de uma organização à economia e aos agentes que contribuíram para a formação de sua riqueza.

e) Demonstração do valor adicionado - DVA

A DVA é uma demonstração que segundo Athar (1999) surgiu na Europa e tem sido nos últimos anos cada vez mais solicitada em nível internacional. Para Cosenza (2003), as

primeiras aplicações da informação do Valor Adicionado surgiram nos Estados Unidos da América (EUA), na década de vinte, quando foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

Para Tinoco (2006), O valor adicionado é uma das maneiras de se analisar o desempenho social e econômico das organizações no sentido de informar a geração da riqueza e a forma com que esse valor foi distribuído aos diferentes agentes sociais.

Valor adicionado é a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais esforços são, em geral, os empregados que fornecem a mão de obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infraestrutura socioeconômica e os serviços de apoio (DE LUCA, 1998, p. 28).

A demonstração em evidência pode ser conceituada como sendo um grupo de informações de natureza econômica; é um relatório contábil, o qual tem por finalidade demonstrar o valor da riqueza agregada pela entidade e a distribuição a quem contribuiu para sua geração.

Este demonstrativo é considerado ferramenta de uso importante tanto para o usuário interno quanto externo (acionistas, fornecedores, clientes, governo e etc), pelo fato de que tais informações não podem ser colhidas com clareza nas demonstrações financeiras tradicionais. Santos (2003) reconhece que a DVA é componente importante do Balanço Social e deverá ser compreendida como a maneira mais capacitada criada pela contabilidade para demonstração e medição da capacidade agregada e distribuída de riqueza gerada pela entidade.

A elaboração da DVA tornou-se necessária devido ao fato de que a DRE demonstra apenas parte da riqueza gerada, a qual permanece na entidade na forma de lucro, sendo assim, não salientando as demais gerações de riqueza da empresa. Com efeito, verifica-se que os demais demonstrativos também não são capazes de mostrar interna e externamente o quanto de valor a entidade está gerando em relação às mercadorias/insumos que adquire.

1.3 USUÁRIOS

A DVA por se tratar de um demonstrativo obrigatório para as sociedades de capital aberto evidencia informações que as demais demonstrações não fornecem e com isso tem sido muito utilizada por diversos usuários como se observa na figura 1.

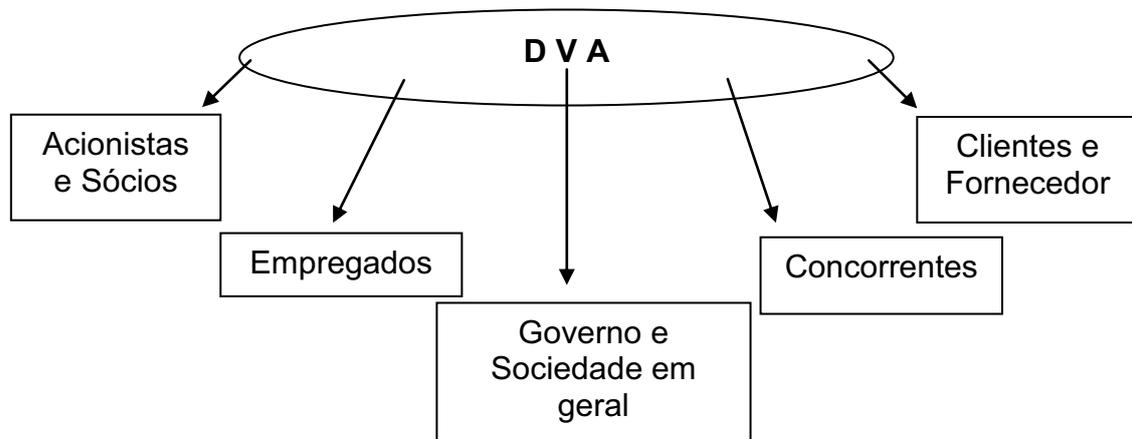


Figura 1: Usuários da DVA

O número de usuários da DVA tem aumentado significativamente, variando desde os usuários internos (proprietário, empregados, sócios) como os externos (bancos, governo, investidores, acionistas), entre outros, como visto na figura 1.

1.4 ELABORAÇÃO DA DVA

A preparação da DVA é basicamente a mesma para a elaboração da DRE. Segundo Mott (1996), ambas as demonstrações são preparadas a partir dos mesmos dados financeiros.

Para um melhor entendimento da elaboração e posterior análise da DVA faz-se necessário o conhecimento de alguns conceitos:

- a) Valor Adicionado Bruto (VAB): é o valor agregado da atividade operacional da empresa. Normalmente, é encontrado pela diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros, custos da matéria-prima, mercadoria, serviços, impostos recuperáveis e as despesas administrativas e de vendas, abatimentos e devoluções;
- b) Valor Adicionado Líquido (VAL): é o valor adicionado bruto descontado as retenções como depreciação, amortizações e exaustões;
- c) Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART): para De Luca (1998), representa o valor do resultado de atividades que influenciam a riqueza da empresa, apesar de não ter sido gerada por suas atividades normais. Trata-se de riqueza de atividades que agregam valor em outras empresas. Exemplo: receitas financeiras e resultado dos investimentos em participações acionárias;
- d) Valor Adicionado Total (VAT): é o resultado da soma do valor adicionado líquido e o valor adicionado recebido em transferência. Representa o valor adicionado a ser distribuído;
- e) Participação no Valor Adicionado Total (PVAT): indica qual a participação de empregados, sócios e acionistas, governos, financiadores e credores no valor adicionado total a distribuir.

2. COOPERATIVA DE ESTUDANTES DE SANTA MARIA LTDA

Em 1978, em pleno regime militar, as liberdades individuais estavam cerceadas e reuniões de caráter amplo eram proibidas, tanto na universidade como na comunidade em



geral. Enquanto o milagre econômico permitia uma maior abundância para alguns, não diminuía os custos com a educação, assim como não possibilitava o acesso a outras atividades culturais além daquelas autorizadas pelo regime. Nesse contexto, surgiu a CESMA, fruto das ideias de um grupo de estudantes que não mediu esforços para constituí-la. Coragem e criatividade foram necessárias para driblar os órgãos de censura e realizar a primeira assembleia geral de estudantes no Campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), contando com a presença de vários professores simpatizantes.

A figura 2 a seguir, demonstra como está hoje estruturada administrativamente a cooperativa de estudantes ora analisada.

Organograma

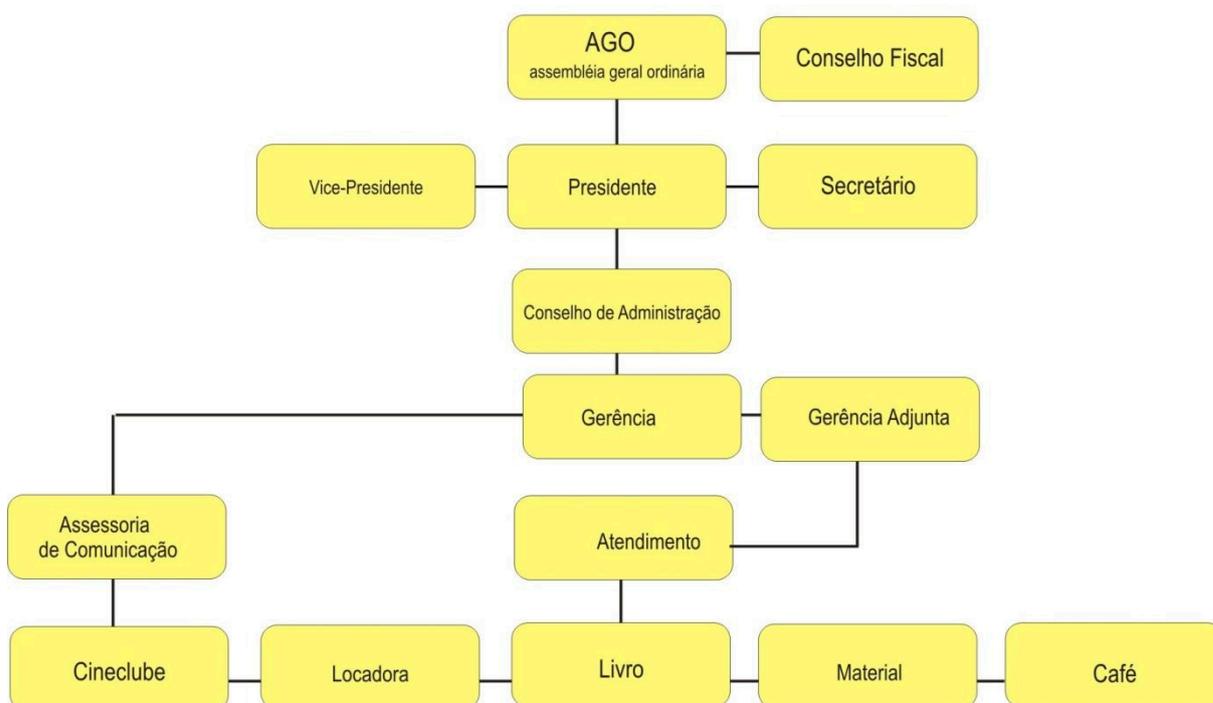


Figura 2: Organograma estrutural da administração da CESMA

Fonte: www.cesma.com.br.

A contabilidade da cooperativa é realizada por um escritório contábil da cidade de Santa Maria. O Conselho Fiscal, além de fiscalizar os trabalhos rotineiros da contabilidade, recebe os demonstrativos contábeis dentro dos primeiros três meses após o encerramento do exercício social e é responsável por emitir parecer que poderá ser apto ou inapto. No caso de parecer apto, o Presidente convoca a Assembleia Geral Ordinária para, em reunião, aprovar os balanços.

CESMA é o nome fantasia da Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria Ltda e tem por objetivo fundamental a defesa econômica e cultural de seus associados através da ajuda mútua, ação empregada pelo cooperativismo, que consiste em promover a união de muitos para realizar algo de interesse comum.

Dito de outra maneira, os objetivos da CESMA e, portanto, de seus associados, são de diminuir os custos na aquisição de livros, material escolar, papelaria, filmes e outros produtos

culturais, possibilitando uma formação mais qualificada para um melhoramento das condições sociais.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.1 MODELO DE DVA COMENTADO UTILIZADO NA PESQUISA

Para a elaboração da DVA da CESMA tomou-se como base o modelo proposto pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

Conforme exposto anteriormente, a DVA da CESMA foi elaborada de acordo com dados extraídos do BP e DRE.

Quadro 3: DVA da CESMA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA CESMA		
em R\$	Ano	
DESCRIÇÃO	2008	2009
1. RECEITAS	3.499.829,67	3.671.449,52
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços.	3.506.621,22	3.678.691,57
1.2 Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	6.791,55	7.242,05
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	2.904.625,61	2.956.071,07
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	2.796.884,76	2.835.937,67
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	107.740,85	120.133,40
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	595.204,06	715.378,45
4. RETENÇÕES	100.928,69	109.815,26
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	100.928,69	109.815,26
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	494.275,37	605.563,19
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	146.984,38	119.488,84
6.1 Receitas financeiras	146.984,38	119.488,84
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	641.259,75	725.052,03
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	641.259,75	725.052,03
8.1 Empregados	449.725,34	482.140,44
8.2 Governos	124.581,25	187.880,57
8.3 Financiadores	22.880,80	33.066,29
8.4 Sobras retidas	44.072,36	21.964,73

Fonte: FIPECAFI (adaptada).

Convém salientar que alguns dos valores expressos em reais no quadro 3 são formados pela soma de vários valores, todos expressos de forma analítica.

3.2 Distribuição do valor adicionado

Após se ter conhecimento do total do valor adicionado pela CESMA é necessário saber que os diversos fatores de produção, os quais contribuíram para a geração da riqueza, receberam suas remunerações através da distribuição dessa riqueza. A forma como esse valor é distribuído aos vários grupos responsáveis pelo valor adicionado da cooperativa é apresentada na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição do valor adicionado da CESMA 2008 – 2009

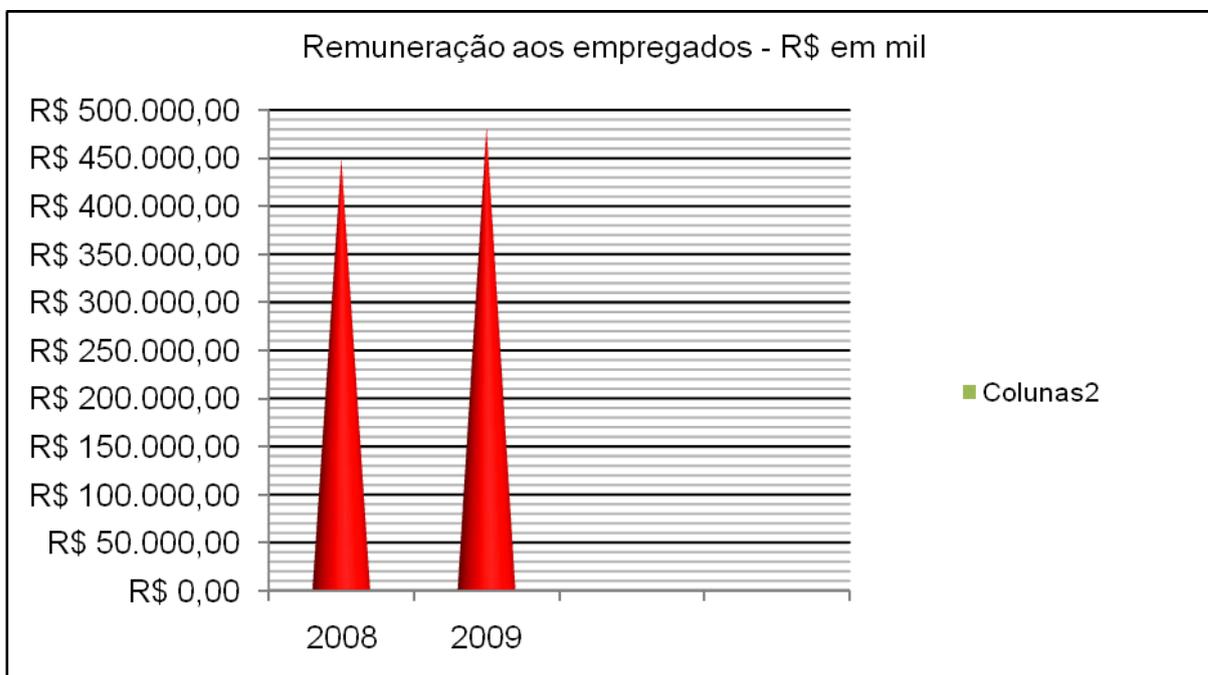
Fatores de produção	2008	2009
Empregados	449.725,34	482.140,44
Governos	124.581,25	187.880,57
Financiadores	22.880,80	33.066,29
Sobras retidas	44.072,36	21.964,73
Total do valor distribuído	641.259,75	725.052,03

Após verificar a tabela 1 pode-se constatar visualmente que o fator de produção que mais contribuiu para a formação do valor adicionado foram os empregados, sendo assim, os mesmos receberam a maior quantidade de valor agregado pela CESMA.

a) Remuneração aos empregados

Conforme se observa no gráfico 1 a seguir, compreendem todas as despesas efetuadas pelos empregadores aos seus empregados, incluindo pagamento de salário, 13º salário, assistência médica, vale transporte e encargos sociais, exceto previdência social.

Gráfico 1: Remuneração aos Empregados

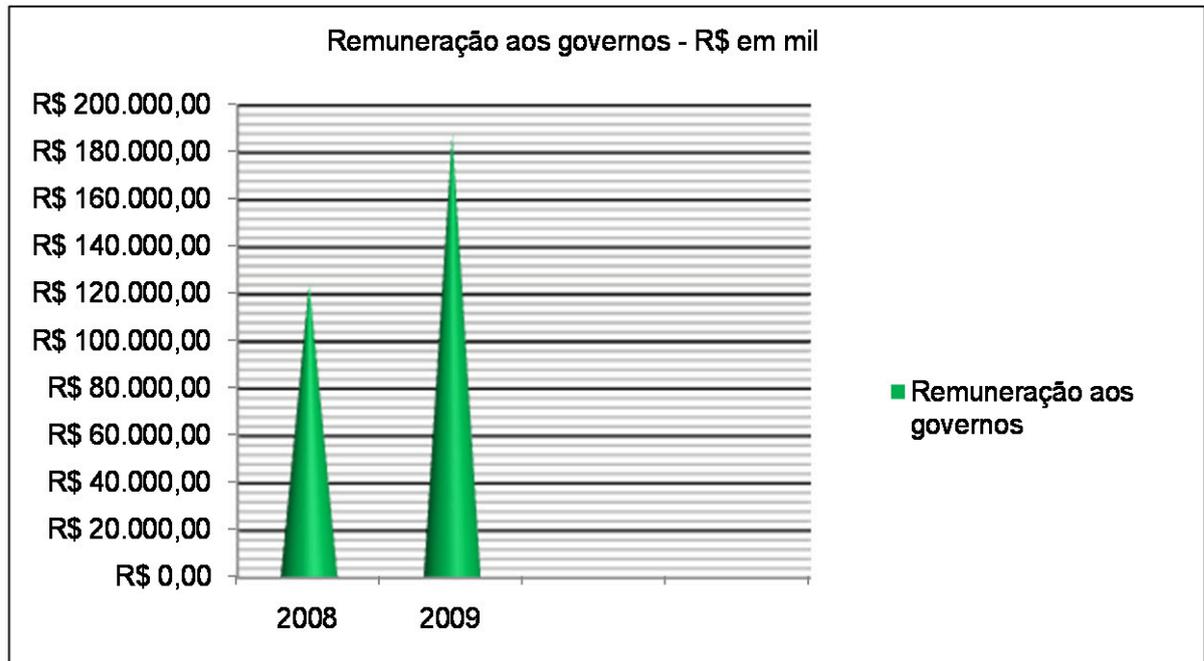


A remuneração aos empregados é a mais importante em termos de valores absolutos quando comparados com os demais fatores que participaram da formação do valor adicionado. Além disso, pode-se concluir que a remuneração aos empregados aumentou no ano de 2009.

b) Remuneração aos Governos

Os governos das esferas federais, estaduais e municipais também participaram na criação de riqueza para a cooperativa conforme se observa no gráfico 2, pois apoiaram as atividades produtivas através de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais, além de proporcionarem segurança jurídica aos negócios. Sendo assim, a CESMA distribuiu aos cofres públicos contribuições à previdência social, tributos estaduais e municipais.

Gráfico 2: Remuneração aos Governos



Percebe-se pelo gráfico 2 que a cooperativa distribui pouca da sua riqueza em valores absolutos aos governos, esse fato se dá porque ela tem imunidade constitucional sobre os atos cooperativos. Além disso, a Constituição Federal (CF) brasileira, de 1988, estabelece no art. 150, (VI, d) imunidade tributária aos livros, periódicos e jornais.

c) Remuneração aos financiadores

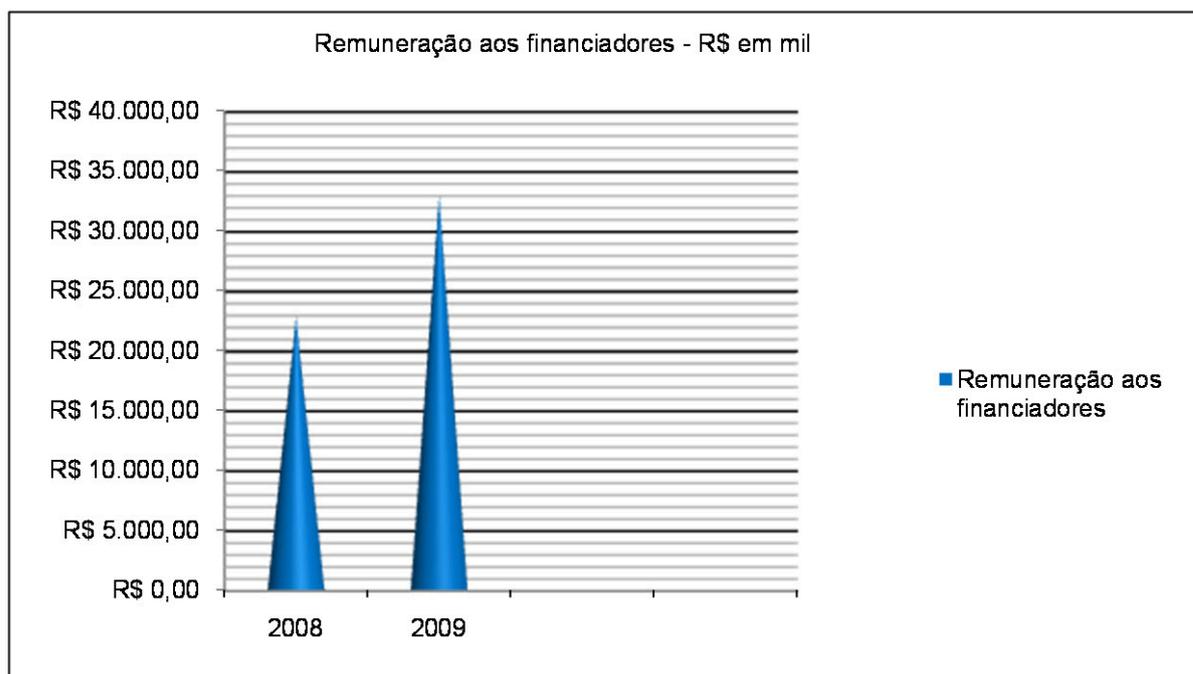
De acordo com o gráfico 3, representa as despesas financeiras tais como: comissões bancárias, descontos financeiros, despesas com cobrança e juros a fornecedores.

Devido às remunerações aos financiadores e credores estar relacionada com as despesas financeiras, a pequena variação ocorrida na distribuição aos mesmos no ano de 2008 para 2009 pode ser fundamentado pelo aumento das comissões bancárias.

d) Sobras retidas

Tendo em vista as limitações encontradas na busca por algumas informações contábeis na realização do presente trabalho, utilizou-se como saldo para sobras retidas, a diferença do valor adicionado total para os já distribuídos aos demais colaboradores da geração da riqueza, ou seja, valor adicionado total a distribuir diminuído do valor distribuído aos governos, financiadores e empregados como observado no gráfico 4 que segue.

Gráfico 3: Remuneração aos financiadores

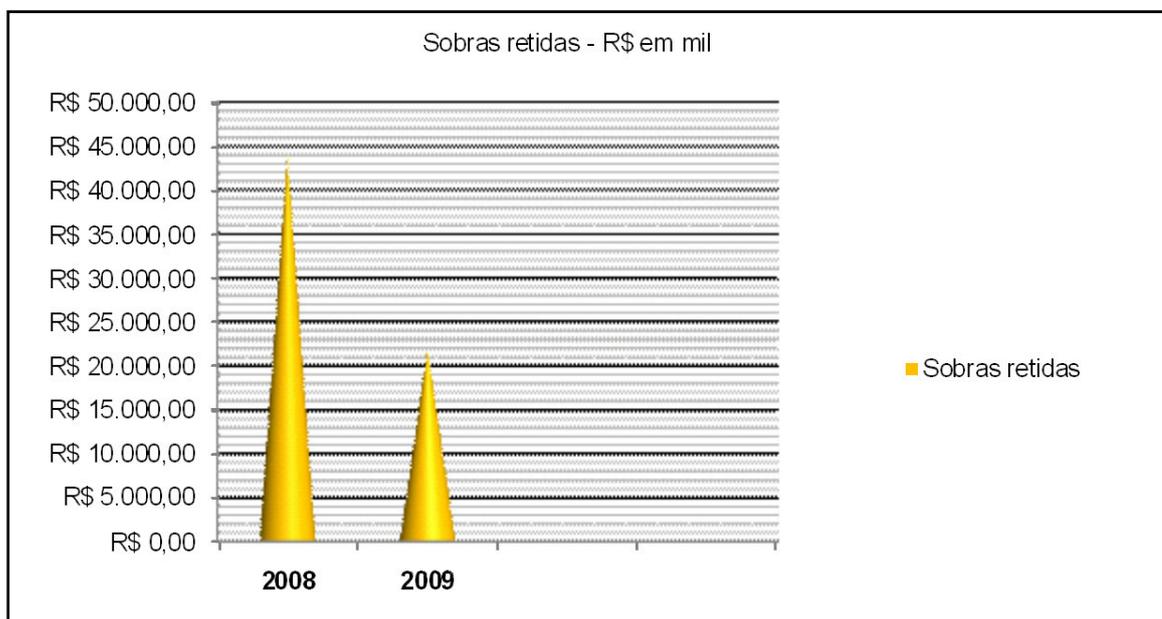


Devido às remunerações aos financiadores e credores estar relacionada com as despesas financeiras, a pequena variação ocorrida na distribuição aos mesmos no ano de 2008 para 2009 pode ser fundamentado pelo aumento das comissões bancárias.

e) Sobras retidas

Tendo em vista as limitações encontradas na busca por algumas informações contábeis na realização do presente trabalho, utilizou-se como saldo para sobras retidas, a diferença do valor adicionado total para os já distribuídos aos demais colaboradores da geração da riqueza, ou seja, valor adicionado total a distribuir diminuído do valor distribuído aos governos, financiadores e empregados como observado no gráfico 4 que segue.

Gráfico 4: Sobras retidas



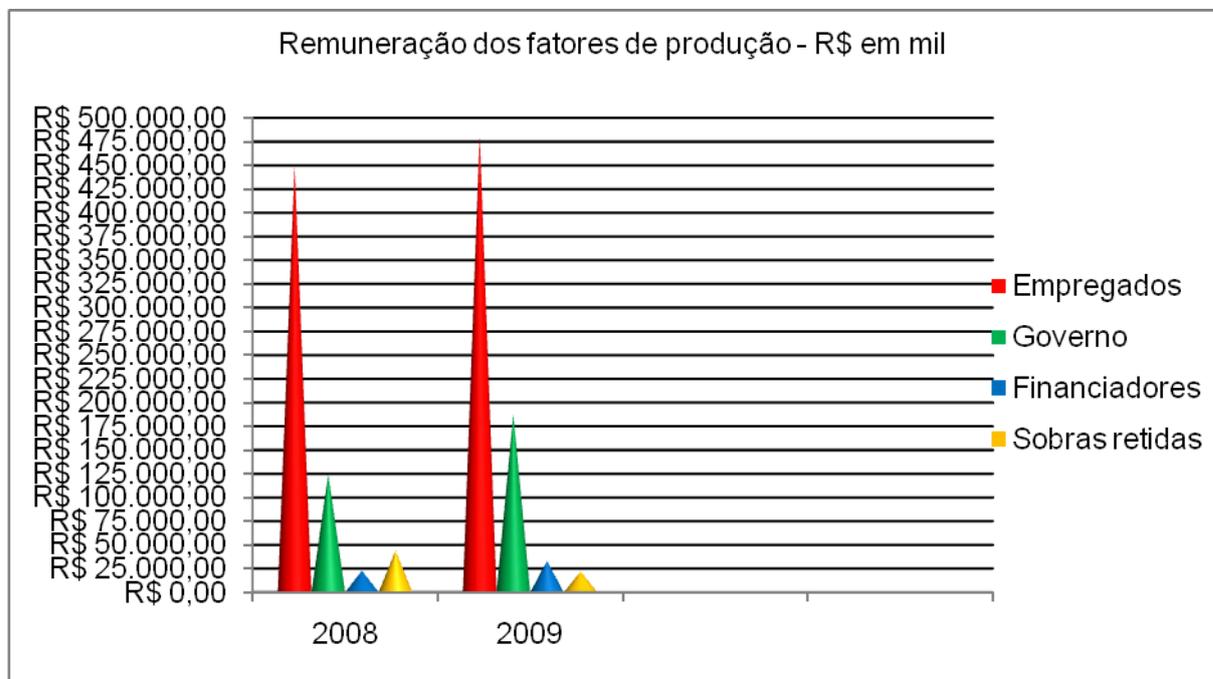
Conforme exposto no capítulo 2, a definição “sobras retidas” se refere aos atos cooperativos e sendo assim, permite às cooperativas seu enquadramento como entidades sem fins lucrativos, por direito, uma vez que essas sobras não constituem fato gerador de impostos.

f) Remuneração conjunta dos fatores de produção

De acordo com o gráfico 5 abaixo, onde se têm as remunerações de todos os fatores de produção cumulativamente de 2008 - 2009, conclui-se que os maiores beneficiários da riqueza gerada pela cooperativa nesse período são em ordem decrescente: os empregados, os governos e os financiadores.



Gráfico 5: Remuneração dos fatores de produção



Conforme demonstra o gráfico 5, cabe ressaltar que os fatores de produção aumentaram em 2009 em relação ao ano de 2008, com exceção para as sobras retidas, onde ocorreu exatamente o contrário, isso se justifica não pela redução da capacidade de gerar riqueza, mas, indiretamente, pela elevação da carga tributária.

3.3 Evidenciação das informações tradicionais do BP e DRE em relação à DVA

Algumas saídas de valores, como, por exemplo, as relativas aos pagamentos de salários, juros e impostos, tem o tratamento de despesas na DRE, uma vez que estão diminuindo a parte do proprietário no lucro gerado. Com isso, os demais interessados nestas informações, se acham prejudicados, pois não é possível conhecer qual é a sua efetiva participação na riqueza gerada pela empresa.

No caso de se comparar o lucro resultante de um determinado período encontrado na DVA e na DRE, podem-se ter enfoques diferentes, como por exemplo, o lucro resultante da diferença entre receita e despesa conforme evidenciado na DRE, não mede como foi à gestão dos recursos econômicos e sim como se está remunerando um dos participantes da atividade econômica: proprietários/acionistas. Já a DVA, evidencia o lucro resultante como uma riqueza gerada que será distribuída a todos os usuários que colaboraram para a sua geração.

Um dos grandes diferenciais da DVA em relação ao BP é que enquanto este demonstra uma visão estática do patrimônio, aquela evidencia a dinâmica ocorrida em um determinado período entre a capacidade de adicionar valor e a remuneração dos diversos fatores de produção.

4. CONCLUSÃO

Um grande avanço está relacionado com a contabilidade social, ramo da contabilidade onde se consegue fornecer informações mais específicas e analíticas das que as oferecidas pelas outras demonstrações contábeis tradicionais. Sendo os relatórios contábeis seu produto final, deve traduzir da forma mais clara possível a realidade econômica neles espelhada.

Pôde-se observar, ao longo do trabalho, que a DVA possibilita o conhecimento da capacidade de agregar valor por uma entidade e como são remunerados os agentes econômicos envolvidos no processo. Além de atender a um maior número de usuários, amplia o universo atingido pela contabilidade e tem a grande vantagem de ser facilmente lida e interpretada. Como mostrado, serve como excelente instrumento de análise, sobretudo quando a questão é comparativa. Por meio da DVA, fica evidenciado como a riqueza criada foi distribuída aos agentes e quais deles ficaram com a maior parte dela, levando, inclusive a inferências sobre se estes foram os agentes que mais colaboraram na sua criação. É o caso dos funcionários, que vêm ficando com a maior parte da riqueza gerada pela CESMA.

Na busca pela pretensão do presente trabalho, elaborou-se a DVA da CESMA onde ficou evidenciado por meio dos montantes dos valores agregados nos exercícios sociais de 2008 e 2009 que a cooperativa tem grande potencial de agregar valor, que, inclusive, está aumentando em proporção maior que o próprio faturamento, isto é, enquanto o faturamento aumentou 4% no período, o valor total a distribuir elevou-se em 13%.

Portanto, conclui-se que a DVA é mais que uma nova demonstração contábil que faz parte do balanço social, tendo força própria, pois contém informações que sozinhas são conclusivas e bastante úteis, não precisando estar, necessariamente atrelada a ele. Outrossim, buscou-se por meio deste trabalho evidenciar que os tradicionais demonstrativos contábeis como o BP e a DRE são insubstituíveis, mas possuem limitações que podem muito bem serem complementadas pela DVA na busca pelo conhecimento global do patrimônio e das relações da entidade com os seus variados usuários, visando a consecução do objetivo fundamental de qualquer entidade, que é o seu crescimento.

REFERÊNCIAS

ATHAR, R. A. Demonstração do valor adicionado. **Revista do conselho regional de contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 96, maio 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 64, de 04-02-2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 08 maio 2010.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa do valor adicionado. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, São Paulo, ano. XIV, p. 07-27, out. 2003.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, R. J. **Contabilidade Avançada e Intermediária**. 2. ed. São Paulo: Ferreira, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTT, G. **Contabilidade para não contadores**: manual prático para não especialistas em contabilidade. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços**: fácil. 8. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.